

DIREITOS HUMANOS EM TEMPOS DE CRISE:
impactos da pandemia de Covid-19 sobre a educação básica no Brasil¹

HUMAN RIGHTS IN TIMES OF CRISIS: impacts of the Covid-19
pandemic on basic education in Brazil

LILIAN ANGÉLICA DA SILVA SOUZA
UFRJ/UNESA

LUANA VARGAS DE CARVALHO TEIXEIRA
UNESA

VALDECIR FERREIRA VILARINNO
UNESA

LHUCAS MARLEY FEITOSA DA SILVA
UNESA

MARCIO DE SOUZA
Faculdade Unyleya/PUC-Rio/UNESA

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar os impactos da pandemia de Covid-19 sobre a educação de crianças e adolescentes no Brasil. Aqui a educação é entendida como um dos direitos humanos inscritos constitucionalmente. A pesquisa tem caráter qualitativo, sendo classificada como exploratória que, no seu percurso metodológico, utilizou-se do método de revisão integrativa de artigos publicados, entre os meses de março de 2020 a dezembro de 2021, em revistas associadas a Programas de Pós-Graduação no Brasil, abordando o tema da educação básica durante o período pandêmico. Após o levantamento e leitura das produções, foram selecionados 11 artigos, em conformidade com os critérios de inclusão e de exclusão definidos na pesquisa. Conclui-se que a pandemia acelerou os problemas educacionais, bem como acentuou as desigualdades sociais existentes em nosso país.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Pandemia. Educação. Educação básica.

SOUZA, L. A. da S. *et al.* Direitos Humanos em tempos de crise: impactos da pandemia de Covid -19 sobre a educação básica no Brasil. *Educação Sem Distância*, Rio de Janeiro, n.5, jan./jun. 2022.

¹ Artigo produzido como parte da Pesquisa de Iniciação Científica, da Universidade Estácio de Sá, no período de agosto 2021 a julho 2022, sob o título: Pandemia, Políticas Públicas e Periferia: impactos sobre os direitos humanos de crianças e adolescentes nas favelas cariocas.

Abstract: This article aims to analyze the impacts of the Covid-19 pandemic on the education of children and adolescents in Brazil. Here education is understood as one of the human rights constitutionally inscribed. The research has a qualitative character, being classified as exploratory, which, in its methodological path, used the method of integrative review of articles published, between March 2020 and December 2021, in journals associated with Graduate Programs in Brazil, addressing the issue of basic education during the pandemic period. After surveying and reading the productions, 11 articles were selected, in accordance with the inclusion and exclusion criteria defined in the research. It is concluded that the pandemic accelerated educational problems, as well as accentuated the existing social inequalities in our country.

Keywords: Human rights. Pandemic. Education. Basic education.

1 Introdução

Os Direitos Humanos representam o conjunto de garantias fundamentais que devem ser protegidas e asseguradas a todos os seres humanos. A educação, embora ainda não possa ser considerada a sua implementação integral no país, integra um dos direitos sociais inscritos no Art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, junto com a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

A Constituição brasileira dispõe, ainda, no Art. 205º, que prevê a educação como dever do Estado e da família, devendo ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho para a qualidade de vida do ser humano”. Preliminarmente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, já previa o seu caráter universal em seu Art. 26º: “Todo ser humano tem direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A educação elementar será obrigatória. A educação técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito”.

Logo, a educação é elemento fundamental para o desenvolvimento humano, bem como meio de existência no mundo e convivência em sociedade. Mas é um dos direitos humanos mais ameaçados na contemporaneidade, especialmente, em tempos de crises.

Desde o final do ano de 2019, o mundo assiste a uma crise sanitária decorrente do novo Coronavírus (SARS-CoV-2/Covid-19), cujos reflexos atravessam diversas esferas da vida em sociedade. A pandemia radicalizou a “questão social”², descortinando a violação de direitos humanos, como a educação. No Brasil, a política educacional vem ganhando

²Segundo Iamamoto (2001, p.27), a questão social é apreendida como o conjunto das expressões da desigualdade da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a proteção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

contornos particulares devido a emergência em saúde pública, afetando diretamente a formação escolar.

A suspensão das aulas, em consequência da estratégia de isolamento social, trouxe à tona a necessidade da implementação de medidas e estratégias por parte do poder público, que pudessem suprir ou minimizar os danos provocados pelo período pandêmico. Para orientar as instituições de ensino em educação básica³, o Ministério da Educação (MEC) homologou um conjunto de diretrizes sugerindo a manutenção das atividades escolares não presenciais durante o estado de emergência, bem como a criação de alternativas de reduzir a necessidade de reposição presencial de dias letivos após o período pandêmico, via vídeo aulas, plataformas virtuais, redes sociais, programas de televisão e rádio e material didático impresso e entregue aos responsáveis (MALETTA; FERREIRA; TOMÁS, 2020).

Tais medidas e estratégias provocaram mudanças significativas para a formação escolar dos estudantes brasileiros, sobretudo aqueles inseridos na educação básica. Muitas dessas mudanças podem ter contribuído para evidenciar a desigualdade educacional no Brasil ou fenômenos como a exclusão digital e o abandono escolar.

Nesse sentido, o presente artigo busca refletir sobre os impactos da pandemia na educação básica no Brasil, a partir da revisão integrativa de artigos publicados em revistas de Programas de Pós-graduação no Brasil, no período de março de 2020 a dezembro de 2021. O texto apresenta a metodologia utilizada na pesquisa, os resultados alcançados, a discussão e as considerações finais dos autores sobre os dados encontrados.

2 Metodologia

O método utilizado nesta pesquisa é a revisão integrativa de literatura, visando reunir e sintetizar os estudos realizados sobre o tema pesquisado, a fim de estabelecer conclusões a partir dos resultados encontrados. Para tanto, foram percorridas as seguintes etapas: definição da pergunta norteadora, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão com a busca na literatura, definição das informações a serem extraídas, avaliação dos estudos incluídos, interpretação dos resultados e síntese dos dados (BERBET *et al*, 2021).

A pesquisa tem a) como população: crianças e adolescentes na faixa etária preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990); b) como área de interesse: a educação básica no Brasil; c) como marco temporal: os anos de 2020 e 2021, no contexto da pandemia de Covid-19; d) como resultados esperados: identificar os impactos da pandemia sobre a formação escolar de crianças e adolescentes, no período delimitado. Foi elaborada a seguinte pergunta norteadora: “Quais as evidências disponíveis na literatura sobre os principais impactos da pandemia da Covid-19 na educação de crianças e adolescentes no Brasil?”.

³A Educação Básica, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), é estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio. Conforme expressa o art. 22, desta mesma lei, a Educação Básica tem por objetivo “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Para a busca dos estudos primários, optou-se pela pesquisa em revistas de Programas de Pós-graduação (PPG) no Brasil. Os critérios de inclusão adotados foram artigos publicados em revistas associadas a tais Programas, que tivessem em sua abordagem a análise da relação de, pelo menos, três desses elementos: Direitos Humanos, Pandemia, Educação e Educação Básica. Já os critérios de exclusão foram publicações como editoriais, revisões de literatura, resumos de conferências e capítulos de livros, cartas ao editor, comentários e similares, bem como estudos que avaliaram as manifestações clínicas e complicações da doença.

A coleta e análise de dados do presente estudo, nos marcos temporais definidos, foram realizadas entre agosto de 2021 a abril de 2022. Após a etapa de levantamento do material, ocorreu a leitura do título e do resumo de 45 publicações pelos membros da pesquisa de iniciação científica que culminou neste artigo, precedida da leitura na íntegra destas publicações. Isso subsidiou a seleção dos artigos e a categorização das informações extraídas deles, que serão apontadas a seguir.

3 Resultados

Uma vez realizada a consulta ao total de publicações encontradas, com base nos critérios de inclusão e exclusão definidos para a pesquisa, foram selecionados 11 artigos nas bases da literatura científica para interpretação dos resultados. Os artigos foram agrupados por ordem, autor, título, periódico, ano e região do país em que foram produzidos, considerando a abrangência da revisão integrativa de produções de todo o Brasil, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1 - Características gerais dos estudos incluídos na Revisão Integrativa

Ordem	Auto/res/ras	Título	Periódico	Ano	Região
1	Andréa Calderan, André Mafra Calderan	Educação em tempos de pandemia: a (in)visibilidade da infância na realização do ensino remoto na educação infantil	Revista Ipê Roxo - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	2021	Centro-Oeste
2	Maria Tereza Goudard Tavares, Fabiana Nery de Lima Pessanha, Nayara Alves Macedo	Impactos da pandemia de Covid-19 na educação infantil em São Gonçalo/RJ	Revista Zero-a-seis - Universidade Federal de Santa Catarina	2021	Sul
3	Maria Walburga dos Santos, Marilete Calegari Cardoso	Educação e infância: Pandemia, tecnologias e o distanciamento das crianças	Revista Cocar - Universidade do Estado do Pará	2021	Norte
4	Aliandra Cristina Mesomo Lira, Eliane Dominico, Magali Maria Johann, Maristela Aparecida Nunes	Infância confinadas: a educação como direito das crianças em tempos de pandemia	Educação em Revista - Unesp Marília	2021	Sudeste
5	Francisco Overlande Manço de Souza, Humberto Salustriano da Silva	Desigualdades educacionais em tempo de pandemia: os desafios dos estudantes da escola pública e das favelas cariocas em meio à crise sanitária global	Revista Espaço Crítico - Instituto Federal Goiás	2021	Sudeste
6	Fernanda Costa Barros, Darlene Ana Paula Vieira	Os desafios da educação no período de pandemia	Revista Brasileira de Desenvolvimento - FIEP/ISEP	2021	Sul
7	Clóvis Trezzi	A educação pós pandemia: uma análise a partir da desigualdade educacional	Revista Dialogia - Universidade Nove de Julho	2021	Sudeste
8	Cleriston Izidio dos Anjos, Deise Juliana Francisco	Educação infantil e tecnologias digitais: reflexões em tempos de pandemia	Revista Zero-a-seis - Universidade Federal de Santa Catarina	2021	Sul
9	José Newton Garcia de Araújo	Infância e Pandemia	Caderno de Administração - Universidade Estadual de Maringá	2020	Sul
10	Edvaldo Souza Couto, Edilece Souza Couto, Ingrid de Magalhães Porto Cruz	#FIQUEEMCASA: Educação na Pandemia de Covid-19	Revista Interfaces Científicas - Aracaju	2020	Nordeste
11	Ana Paula Braz Maletta, Maria Manuela Martinho Ferreira e Catarina Almeida Tomás.	Infância em tempos de pandemia: cadê o currículo e as práticas pedagógicas?	Revista Linhas Críticas - Universidade de Brasília	2020	Centro-Oeste

Fonte: Elaboração dos/as autores/ras (2022).

Já o perfil das produções selecionadas, a partir da sua ordem, dos objetivos, da metodologia e dos resultados, pode ser verificado nos quadros que seguem:

Quadro 2 - Principais características dos estudos selecionados na Revisão Integrativa

Ordem	Objetivos	Metodologia	Resultados
1	Analisar, interpretar e debater a aplicabilidade do ensino remoto na educação infantil	Estudo teórico documental	A formação no formato do ensino remoto na educação infantil pode causar uma falsa sensação de produtividade. Isso porque este tipo de ensino não atinge as especificidades das crianças, agravando sua (in)visibilidade.
2	Problematizar e provocar reflexões acerca dos impactos da pandemia do coronavírus na Educação Infantil destinada às crianças pequenas das classes populares que vivem em periferias urbanas da cidade de São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).	Dúvida como método	Os impactos da Covid-19 para muitas famílias, sobretudo no longo período de isolamento social, agravado pelo fechamento das creches e pré-escolas, além da insegurança alimentar e outras vulnerabilidades, ocasionou a falta de abrigo para cuidado das crianças, especialmente para as famílias pobres, o que fragilizou e precarizou ainda mais a vida das crianças.
3	Apresentar as tensões advindas do debate em torno da educação à distância na educação infantil.	Análise de conteúdo	O acesso tecnológico para a educação infantil torna-se ainda mais distante e complexo. Os autores afirmam a inadequação da educação à distância na educação infantil, além da EAD concorrer para a ameaça da efetivação do Home Schooling no Brasil, como parte de um movimento de precarização e desvalorização do ensino e da docência no país.
4	Problematizar as experiências educativas vividas pelas crianças, suas famílias e professores na condição da crise humanitária gerada pela pandemia do Covid-19.	Análise de conteúdo	Durante o isolamento social as crianças foram confinadas, muitas vezes, sem supervisão de adultos e passaram a vivenciar situações novas e desafiadoras, as quais não têm sido objeto de reflexão ou investimento político. Para o autor, têm sido escancaradas as diferenças radicais entre as escolas públicas e particulares, a dimensão social da educação e a insubstituível presença dos professores.
5	Apresentar como as desigualdades sociais foram agravadas com a chegada da pandemia impactando diretamente na realidade da educação básica, especificamente a escola pública.	Revisão bibliográfica e levantamento a partir das experiências de professores de escola pública.	O contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil, apenas explicitou os projetos históricos na formação da sociedade brasileira, caracterizados pelo desmantelamento da escola pública e pelo agravamento das desigualdades educacionais.

Fonte: Elaboração dos/as autores/ras (2022).

O primeiro ponto a abordar é o quantitativo de artigos selecionados. No universo de 45 publicações localizadas, a maior parte abordava aspectos da saúde em geral e/ou da saúde mental, fatores sobre a morbidade de crianças e adolescentes durante a Pandemia, entre outros, o que os incluía nos critérios de exclusão da pesquisa, daí a escolha de 11 artigos.

Vale destacar que, devido ao espaço, resolveu-se apresentar em duas partes, as principais características dos textos selecionados, a partir da sua ordem, dos objetivos, da metodologia e dos resultados. Vejamos o quadro 3:

Quadro 3 - Principais características dos estudos selecionados na Revisão Integrativa

6	Identificar os principais desafios que a educação e, em especial, os educadores têm enfrentado durante a pandemia, para garantir a formação aos discentes, além de apresentar alternativas para superar tais desafios.	Revisão bibliométrica	A pandemia deixou claro que as desigualdades sociais que ainda assolam nosso país e a elitização que há na educação, configurada, ademais da ausência do acesso à internet, pelo compartilhamento de aparelhos eletrônicos entre pais e filhos nas aulas virtuais.
7	Analisar os possíveis reflexos da pandemia de Covid-19 sobre a educação brasileira.	Abordagem hermenêutica	A pandemia de Covid-19 escancarou uma realidade educacional que já era conhecida. Essa realidade mostrou-se extremamente cruel e desumana, pois, além de acentuar a desigualdade, fez com que muitas famílias, que já passavam privações, economizassem ainda mais para a aquisição de equipamentos, ainda que rudimentares, para acessar as aulas remotas.
8	Problematizar a recomendação para o uso das tecnologias digitais na educação infantil, considerando o contexto de pandemia, e propor tais tecnologias como suporte de comunicação e manutenção de vínculos entre as famílias e as instituições educacionais.	Pesquisa documental que inclui textos legais e manuais orientadores sobre Educação Infantil e Covid-19.	Conclui-se que, se por um lado, as atividades remotas ferem os princípios e especificidades da educação infantil, por outro, em alguns contextos, elas podem servir como recursos de comunicação e manutenção de vínculos entre as crianças, as famílias e educadores. No entanto, essa discussão acende ainda mais a necessidade de políticas integradas de atendimento às infâncias.
9	Discutir como a Covid-19 recai sobre a população infantil num momento político de fragilidade democrática.	Revisão de literatura	Conclui que a pandemia expõe a ineficácia das políticas públicas dirigidas às camadas da população mais vulneráveis. Se uma criança das classes média e alta continua a frequentar a escola no regime home office, isso não é possível para muitas famílias das classes desfavorecidas.
10	Analisar maneiras como o isolamento social é vivido e abala os brasileiros, sobretudo, no campo da educação.	Pesquisa bibliográfica, acrescida com o uso de reportagens nacionais e internacionais	As medidas emergenciais de isolar pessoas, suspender atividades comerciais e educacionais foram anunciadas sem planejamento e racionalidade; o isolamento social e o uso de máscaras são recursos técnicos vividos de modo muito diferente pelas populações; os expedientes usados para tentar salvar vidas e vencer a Pandemia são sempre educativos; Devemos estar atentos e preocupados com as novas formas de políticos ditatoriais que se aproveitam da Pandemia para desenvolver outras artimanhas de controles dos corpos e das sexualidades, com as restrições de liberdade e perdas de direitos sociais, profissionais e pessoais, que comprometem a cidadania e a democracia.
11	Analisar as medidas e recomendações oficiais instituídas durante a pandemia da Covid-19 para a educação infantil, assim como os currículos e práticas pedagógicas que foram reconfigurados por educadores brasileiros e portugueses.	Pesquisa documental com o acréscimo de entrevistas.	As estratégias e medidas pedagógicas adotadas diante das problemáticas advindas da pandemia, durante período de isolamento social, se mostraram insuficientes e impraticáveis em sua grande maioria. As dificuldades de criação de um currículo que abarcasse as complexidades do ensino remoto, deixaram ainda mais evidente que esta crise somente agravou as desigualdades preexistentes nas sociedades, se fazendo repensar a estrutura curricular para além da pandemia em questão.

Fonte: Elaboração dos/as autores/ras (2022).

Importante destacar que o artigo de ordem número 6 (seis) foi incluído dentre os selecionados, embora não atenda ao critério de ter sido publicado em uma revista associada a um PPG no Brasil, porque foi avaliada a relevância do texto inscrito na Revista Brasileira de Desenvolvimento.

Podemos observar que do total de 11 (onze) artigos, 4 (quatro) foram produzidos na região Sul do Brasil, sendo 2 (dois) na mesma Revista (Zero-a-seis), da Universidade Federal de Santa Catarina; 3 (três) artigos na região Centro-Oeste; 2 (dois) na região Sudeste; 1 (um) na região Norte e 1 (um) na região Nordeste.

Não foram identificados nenhum texto oriundo do estado do Rio de Janeiro com o perfil delimitado. Daqueles selecionados, a maioria, foi produzida por mais de um autor e publicada no ano de 2021. Com uma abordagem diversa de metodologias empregadas, os artigos, de modo geral, tiveram como objetivos, analisar as medidas de enfrentamento da Covid-19 e estratégias políticas-educacionais e as inflexões produzidas sobre a educação básica. Seus resultados serão discutidos a seguir.

4 Discussão

A excepcionalidade da pandemia desacobertou inúmeras questões no campo da educação. Na tentativa de estabelecer normas educacionais para o período pandêmico, o Governo Federal, os Governos dos estados, o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação (CNE) elaboraram leis, decretos e pareceres. Dentre eles, destacamos: o Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020, que reorganiza o Calendário Escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia de Covid-19; o Parecer CNE/CP nº 11/2020, aprovado em 7 de julho de 2020, que disponibiliza orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia; e o Parecer CNE/CP nº 15/2020, aprovado em 6 de outubro de 2020, que destaca as Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Nesta direção, no formato de ensino flexibilizado durante a pandemia, a escolarização de crianças e adolescentes tem sido atravessada cada vez mais pela expropriação das experiências formativas. Com isso, a semiformação, por meio da cultura de massa, tem se reproduzido no cotidiano dos indivíduos (CALDERAN; CALDERAN, 2021). Associado à isso, os meios de comunicação de massa, tem ocupado o tempo das crianças, distanciando-as do desenvolvimento da aprendizagem.

Dentre outros elementos, os artigos investigados apontaram: 1) o ensino remoto dissonante das particularidades das infâncias, agravando sua invisibilidade; 2) os impactos nas famílias pobres, com o fechamento das creches e pré-escolas e ausência das redes de apoio; 3) o uso da tecnologia como desafio para alunos, pais, gestores escolares e

professores; 4) a violação do espaço e da escuta da criança enquanto sujeito de direitos e subjetividade; 5) o escancaramento das desigualdades sociais; 6) déficits curriculares, lacunas no processo de ensino-aprendizagem e baixo índice de presenças nas aulas remotas; e 7) a pretensa valorização do ensino nas instituições privadas associada à redução do poder aquisitivo dos trabalhadores.

Não podemos deixar de registrar que a revisão integrativa revelou, sobremaneira, que as implicações causadas por essa crise sanitária mundial, acometeu de modo exponencial a parcela da população que tem poder aquisitivo menor. A desigualdade social já existente no Brasil, ficou ainda mais latente durante a pandemia, uma vez que as medidas adotadas para conter a disseminação do vírus, como o isolamento social e o conseqüentemente o fechamento das escolas, tornou o acesso a direitos humanos básicos, como a educação, privilégio para aqueles que detém determinados recursos. Muitas foram as dificuldades a partir do ensino remoto, desde a falta de acesso até os limites dos pais em lidar e orientar seus filhos com o ensino digital.

De acordo com Sabóia (2020), com tantas limitações, os estudantes das favelas não conseguem estudar, pois sem acesso à internet, o sonho de chegar ao Ensino Superior, para àqueles que estão terminando o Ensino Médio, se tornou ainda mais distante. A pesquisa TIC Domicílios apontou que enquanto 92% da classe média esteve conectada, apenas 48% da população das classes D e E, tiveram algum tipo de acesso à internet, quase sempre via celular (CETIC, 2019).

De certo, o conjunto de direitos humanos foi atingido pela crise da saúde pública em curso, incluindo os direitos civis, com o isolamento compulsório. Mas, avaliamos que o duro golpe da pandemia se deu na seara dos direitos sociais, atingindo a saúde, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a proteção à maternidade e à infância e a assistência social aos brasileiros e às brasileiras, conforme pôde ser verificado nos artigos selecionados.

Na educação da rede pública de ensino, a insegurança alimentar foi agravada durante a pandemia. De acordo com a UNICEF (2020), em 143 países, quase 370 milhões de crianças normalmente dependem de refeições escolares para obter uma fonte confiável de nutrição diária. No Brasil, o Censo Escolar de 2019 (INEP, 2020), registra quase 39 milhões de crianças e adolescentes matriculados na rede pública da educação básica, que podem depender da merenda na escola para complementar ou garantir a alimentação diária, foi comprometida pela suspensão das aulas.

Dessa forma, pode-se afirmar que foram muitos os impactos provocados pela pandemia de Covid-19 no âmbito da educação básica no Brasil, que somados à desigualdade social, expuseram de modo mais acentuado que as precauções adotadas atingiram de maneira heterogênea a população pobre e pertencente às camadas periféricas.

Considerações finais

A pandemia da Covid-19 descortinou inúmeros desafios para toda a sociedade, gerando tensões para a gestão e proteção de garantias essenciais, em razão das incertezas produzidas pela emergência em saúde pública. A educação, assim como os demais direitos sociais, foi diretamente afetada pelas medidas adotadas diante da crise sanitária mundial, cujos impactos atingiram a educação básica.

Os artigos analisados na revisão integrativa realizada para esta pesquisa, revelaram que as medidas tomadas pelo poder público como estratégias de normatização do ensino na educação básica, não foram capazes de suprir a defasagem histórica no sistema educacional brasileiro, marcada pela escassez ou ineficiência de políticas públicas na área, que pudessem garantir a implementação da educação como um direito humano fundamental.

Em suma, a pandemia em curso evidenciou mazelas sociais que já perduravam no Brasil, como parte das crises cíclicas do modo de produção capitalista. No contexto de emergência sanitária, o campo da educação vem sofrendo investidas e ataques importantes, que ameaçam o horizonte de uma educação libertária, nos moldes Paulo Freire. Portanto, os principais impactos da pandemia sobre a educação básica no país, se mostram estritamente relacionados ao recorte de classe social, gênero e cor, tendo em vista que crianças e adolescentes das periferias brasileiras foram atingidas de modo desigual em relação àquelas pertencentes às classes economicamente favorecidas.

Referências Bibliográficas

ANJOS, C. I.; FRANCISCO, D. J. **Educação infantil e tecnologias digitais: reflexões em tempos de pandemia**. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 125-146, jan./jan., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/79007>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

ARAÚJO, J. N. G. de. **Infância e Pandemia**. Caderno de Administração, Maringá, v.28, Ed.Esp., jun./2020. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53733>>. Acesso em 15 abr. 2022.

BARROS, F. C.; VIEIRA, D. A. P. **Os desafios da educação no período da pandemia**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.1, p.826-849 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/22591>>. Acesso em 14 abr. 2022.

BERBERT, L. D. .; FREITAS, . P. . S.; LIMA, R. S.; MOREIRA, D. da S. .; FELIPE, A. O. B.; SILVEIRA-MONTEIRO, C. A. **A pandemia da COVID-19 na saúde da criança: Uma revisão integrativa**. Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 7, p. e55510716727, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i7.16727. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16727>>. Acesso em: 2 maio. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 02 mai. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação/COVID-19**. CNE, Conselho Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: COVID-19 - Ministério da Educação (mec.gov.br) Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação/COVID-19**. CNE, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n° 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=%20download&alias=145011-pcp005-20%20%20category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação/COVID-19**. CNE, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n° 11/2020, aprovado em 7 de julho de 2020. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=%20download&alias=148391-pcp011-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação/COVID-19**. CNE, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n° 15/2020, aprovado em 6 de outubro de 2020. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=%20download&alias=160391-pcp015-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 14 abr 2022.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

CALDERAN, A.; CALDERAN, A. M. **Educação em tempos de pandemia: a (in)visibilidade da infância na realização do ensino remoto na educação infantil**. Rev. Ipê Roxo - Jardim/MS, v. 2, n. 2, p. 1-15, 2021. Disponível em <<https://periodicosonline.uems.br/index.php/iperexo/article/view/5445/4023>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

CETIC. TIC DOMICÍLIOS. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**. Comitê gestor da internet no Brasil. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

COUTO, E. S.; SOUZA, E.; CRUZ, I. M. P. **#FIQUEEMCASA: Educação na Pandemia de Covid-19**. Interfaces Científicas, Aracaju, V.8, N.3, p. 200 – 217, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8777>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEXIERA-INEP, **Censo de Educação Básica 2019**, 2020.

LIRA, A, C, M; DOMINICO, E; JOHANN, M. M; NUNES, M. A. **Infâncias confinadas: a educação como direito das crianças em tempos de pandemia**. Educação em Revista, Marília, v.22, p. 59-76, 2021. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/11185>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MALETTA, A. P. B; FERREIRA, M. M. M; TOMÁS, C. A. **Infância em tempos de pandemia: cadê o currículo e as práticas pedagógicas?** Linhas Críticas, [S. l.], v. 26, p. 1-20, 2020. DOI: 10.26512/lc.v26.2020.34110. Disponível em <<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/34110>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 02 mai. 2022.

SABÓIA, G. **Sem internet, estudantes de favelas não conseguem se preparar para o Enem**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/04/28/sem-internet-estudantes-de-favelas-sofrem-com-preparacao-online-para-enem.htm>>. UOL, 28/04/2020. Acesso em: 14 abr 2022.

SANTOS, M.W. dos; CARDOSO, M. C.. **Educação e infância: Pandemia, tecnologias e o distanciamento das crianças**. Revista Cocar. Edição EspecialN.09/2021 p. 1-18. Dossiê: Educação e tecnologias no contexto da pandemia pelo coronavírus e isolamento social: cenários, impactos e perspectivas Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar>>. Acesso em 15 abr. 2022.

SOUZA, F. O. M; SILVA H. S. **Desigualdades educacionais em tempo de pandemia: os desafios dos estudantes da escola pública e das favelas cariocas em meio à crise sanitária global**. Revista Espaço Crítico – NUSEC – IFG Aparecida de Goiânia – Ano 2 - Vol. 2 – N. 2 – julho de 2021. Disponível em: <<https://revistas.ifg.edu.br/rec/article/view/1025>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

TAVARES, M. T. G; PESSANHA, F. N. DE L; MACEDO, N. A. Impactos da pandemia de Covid-19 na Educação Infantil em São Gonçalo/RJ. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 77-100, jan./jan., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/78996/45376>>. Acesso em 14 abr. 2022.

TREZZI, C. **A educação pós-pandemia: uma análise a partir da desigualdade educacional**. Revista Dialogia - Universidade Nove de Julho, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/18268>>. Acesso em: 14 abr. 2022.